

O INFORMATIVO SEMANAL DA INDÚSTRIA QUÍMICA BRASILEIRA

# Abiquim Informa

Ano 31 - nº 756 – 25 de agosto de 2020



## GÁS NATURAL

### **O PL do gás e a restauração da competitividade da indústria brasileira**

*Artigo do presidente da Frente Parlamentar da Química, deputado Alex Manente, e do presidente-executivo da Abiquim, Ciro Marino*

A pandemia de Covid-19 mostrou ao País a necessidade de nos preocuparmos com a biossegurança nacional e a manutenção de cadeias estratégicas. Com a aprovação do PL do gás, a indústria química pode auxiliar o País a alcançar esse objetivo, reduzir sua dependência de produtos importados e gerar riqueza.

Há anos, a Associação Brasileira da Indústria Química (Abiquim) vem ressaltando que o Brasil é rico em gás e com grande potencial de ser um dos cinco maiores produtores mundiais do insumo até 2030. Em julho de 2019, quando o Ministério da Economia lançou o programa Novo Mercado do Gás, a possibilidade de ter o insumo a preços competitivos, similares aos praticados nos mercados europeu e norte-americano, que pagam de duas a três vezes menos do que o setor paga no Brasil, passou a ser concreta e isso tornaria o País um competidor internacional para receber novos investimentos.

Mas, para que os pilares do programa que visa a promover a concorrência, harmonizar as regulações estaduais e Federal, integrar o setor de gás com os setores elétrico e industrial, e remover barreiras tributárias, é essencial a aprovação do Projeto de Lei (PL) 6.407 de 2013, conhecido como PL do Gás.

Este projeto de lei, que oferece segurança jurídica legal para o programa Novo Mercado do Gás, já foi aprovado pela Comissão de Minas e Energia da Câmara Federal e será colocado para votação no Plenário da Câmara dos Deputados. A aprovação do PL promoverá o desenvolvimento de um mercado aberto e livre de gás na exploração, escoamento, processamento, transporte, estocagem, comercialização, além da desverticalização de seu transporte e, por consequência, transparência nos valores cobrados pela molécula e pelo transporte. São pleitos antigos de diversos segmentos industriais, entre eles o químico, responsável por 25% do consumo de gás

natural destinado ao setor industrial, o que o torna o maior consumidor do insumo no segmento industrial.

Nas plantas químicas, o gás natural é usado como fonte de energia e matéria-prima. Em alguns segmentos, a energia pode chegar a 20% do total dos custos de produção, enquanto que, como matéria-prima, pode representar de 70% a 90%.

Ciente da importância do gás natural para a promoção da retomada do crescimento econômico no Brasil, o BNDES lançou em maio o estudo “Gás para o desenvolvimento”. Esse documento aponta que o gás natural será o combustível de transição para a economia de baixo carbono e ressalta a necessidade de um mercado consumidor desenvolvido de gás natural no Brasil para viabilizar financeiramente investimentos na estrutura de escoamento, armazenamento e transporte do insumo.

Um exemplo do uso do gás natural no setor químico é na produção de fertilizantes nitrogenados, essenciais para o agronegócio. Hoje, o Brasil importa 90% dos fertilizantes nitrogenados utilizados, e o gás natural representa entre 60% e 70% dos custos de produção. Com um gás natural mais competitivo o Brasil se tornaria mais atrativo para receber investimentos nacionais e internacionais e poderia aumentar a produção local de fertilizantes, o que elevaria a segurança para o agronegócio local, que ficaria menos dependente das importações, das oscilações de abastecimento externo e das variações cambiais, além de gerar empregos, renda e benefícios ao País. O Brasil ainda poderia retomar a produção de metanol, usado na produção do biodiesel que é misturado ao diesel mineral utilizado por veículos pesados. O País já foi autossuficiente na produção de metanol e atualmente importa um volume equivalente à fabricação de uma planta de escala mundial.

A aprovação do PL do Gás ainda beneficiará a população brasileira. A indústria química transforma os líquidos do gás natural em produtos de maior valor agregado. Por estar na base dos principais segmentos industriais, o aumento de produção na indústria química estimula a produção de outros setores, promovendo um efeito dinâmico na cadeia e que por consequência tornará os produtos finais mais competitivos.

Além disso, o gás de cozinha pode se tornar mais competitivo e sua produção poderá dobrar nos próximos anos. As usinas de geração de energia termoelétricas terão acesso a gás mais barato e a população poderá ter energia mais barata quando ocorrer a necessidade de se usar as termoelétricas. O setor de transporte poderá investir em veículos movidos a gás natural, que geram menos emissões de gases do efeito estufa (GEE) e de material particulado que o óleo combustível, isso também contribuirá para que o País possa alcançar sua Contribuição Nacionalmente Determinada (NDC) no Acordo de Paris.

## Frente Parlamentar da Química debate o PL do Gás com o secretário especial Carlos Alexandre Da Costa e o deputado Laércio Oliveira

*Reprodução: YouTube/Frente Parlamentar da Química*



A Frente Parlamentar da Química (FPQuímica) realizou um Café Virtual, no dia 24 de agosto, para debater “O Novo Mercado de Gás Natural e os caminhos para a retomada da competitividade” com a participação do deputado Laércio Oliveira (PP/SE), relator do Projeto de Lei (PL) 6.407/2013, o PL do Gás; e do secretário especial de Produtividade, Emprego e Competitividade do Ministério da Economia, Carlos Alexandre Da Costa.

O presidente da FPQuímica, deputado Alex Manente (Cidadania/SP) ressaltou a importância do País ter uma nova legislação que quebre o monopólio do gás natural e destacou o trabalho do deputado Laércio Oliveira na condução do tema. “O PL pode gerar um preço mais competitivo do gás natural do Brasil, que é um dos mais caros do mundo, e a população se beneficiará com gás de cozinha e produtos mais baratos, pois a indústria passará a ter um insumo a preços competitivos para produzir”, afirmou.

“A legislação atual tem prejudicado a indústria nacional e criado um ambiente adverso ao que precisamos”, avaliou o deputado Laércio Oliveira (PP/SE), relator do Projeto de Lei (PL) 6.407/2013. O parlamentar ainda lembrou que procurou as lideranças de todos os partidos e se colocou a disposição para tirar qualquer dúvida sobre o PL. “É possível avançar com esse texto, construído na Comissão de Minas e Energia (da Câmara dos Deputados), acolho as sugestões dos colegas para os aperfeiçoamentos, que são necessários e importantes, e que trataremos em outro momento. Temos firme expectativa de discutir o projeto esta semana e acredito que temos voz o suficiente para poder avançar com esse texto. Pois reconhecemos a necessidade de votar projetos estruturantes e que tenham compromisso com o País”.

O secretário especial de Produtividade, Emprego e Competitividade do Ministério da Economia, Carlos Alexandre Da Costa, destacou que a redução no preço do gás natural também deve tornar o preço do frete rodoviário mais competitivo, além da redução nos custos de energia elétrica. Da Costa lembrou: “as Fafens (Fábricas de Fertilizantes da Petrobras) davam prejuízo, por conta do preço do gás, agora elas poderão dar resultado positivo. A fabricação de

---

fertilizantes voltará a ser viável”.

Segundo o presidente-executivo da Abiquim, Ciro Marino, a aprovação do atual texto do PL pode gerar um incremento na concorrência no setor de gás e por consequência o Brasil poderá ter um gás natural com preços competitivos aos praticados no mercado norte-americano e europeu. “A participação da indústria química no Produto Interno Bruto (PIB) nacional atual é 50% inferior ao de uma década e meia e o acesso ao gás natural a preços competitivos é essencial para a reconstrução de cadeias produtivas perdidas, como de fertilizantes, farmoquímicos e defensivos agrícolas”.

Segundo o deputado Paulo Ganime (NOVO/RJ), existe convergência para aprovação do texto atual e possíveis alterações poderão trazer divergências já apaziguadas. O deputado Vitor Lippi (PSDB/SP) também reiterou a necessidade de dar forças ao texto apresentado sem realizar alterações.

Já o deputado Afonso Motta (PDT/RS) apontou que a bancada de seu partido ainda não discutiu o tema e possíveis posições, mas entende a importância do trabalho feito para que a apresentação de emendas e destaques não venham a desvirtuar o texto. O deputado Eduardo Cury (PSDB/SP) questionou sobre as possíveis emendas que podem ser acatadas e seus riscos ao mercado. Também participaram do Café Virtual da Frente Parlamentar da Química os deputados: Alexis Fonteyne (NOVO/SP) e Jerônimo Goergen (PP/RS).

Representantes de outros setores industriais, signatários da carta aberta ao Congresso Nacional “Gás para Sair da Crise”, também afirmaram sua posição em favor da aprovação do texto do PL. O presidente da Associação Brasileira dos Grandes Consumidores de Energia (Abrace), coordenador do Fórum do Gás e do Movimento Gás para Sair da Crise, Paulo Pedrosa, acredita que a partir da aprovação do texto atual será possível auxiliar na recuperação da economia, aumentar a competitividade e diminuir os custos. Já o superintendente da Associação Brasileira das Indústrias de Vidro (Abividro), Lucien Belmonte; destacou que a criação de ações ancoradas em mercados específicos de gás natural, defendido por alguns não deu certo no País, trazendo apenas custos adicionais aos consumidores desse mercado, e por isso é necessária à manutenção do texto do PL.

O evento ainda contou com a participação do presidente da Associação Brasileira da Indústria do Plástico – Abiplast, José Ricardo Roriz Coelho; e do presidente do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Químicas, Farmacêuticas e de Fertilizantes da Baixada Santista – Sindquim, Herbert Passos Filho.

[Clique aqui](#) para assistir o Café Virtual sobre “O Novo Mercado de Gás Natural e os caminhos para a retomada da competitividade” no canal da FPQuímica no YouTube.

Siga as redes sociais da Frente Parlamentar da Química.



## **COOPERAÇÃO REGULATÓRIA**

### **ICCA e Abiquim realizam webinar para lançamento de programa de cooperação regulatória na América Latina**

O *International Council of Chemical Associations* (ICCA) e a Abiquim realizam o webinar de lançamento do programa “Rumo a um modelo de cooperação regulatória para a gestão integral de substâncias químicas de uso industrial na América Latina”, que está no âmbito do Fórum Latino-Americano de Cooperação Regulatório (LARCF), no dia 27 de agosto, a partir das 11 horas.

A abertura do webinar será feita pela gerente para Assuntos Internacionais de Produtos Químicos do *European Chemical Industry Council* (CEFIC) e membro do ICCA, Maria Cuevaz; o coordenador do LARCF, Rolando Garcia Valverde, apresentará “O Programa Atuação Responsável® (Responsible Care®) e sua relação com a gestão integrada de substâncias químicas e a OCDE”; os co-chairs do LARCF, Daniel Rios e Lidiane Moraes apresentarão o Fórum e seu plano de trabalho; e a consultora do ICCA, Alejandra Acosta, apresentará o programa “Rumo a cooperação regulatória na gestão de substâncias químicas para uso industrial na América Latina”.

O Fórum Latino-Americano de Cooperação Regulatório (LARCF) é uma iniciativa do ICCA e das associações nacionais da indústria química da região para promover a implementação de uma política para a gestão de substâncias químicas de uso industrial nos países da América Latina. Para alcançar este objetivo o Fórum realizará atividades de fortalecimento e capacitação dos setores público e privado, em consonância com os princípios de cooperação regulatória do ICCA.

A participação no webinar de lançamento do programa “Rumo a um modelo de cooperação regulatória para a gestão integral de substâncias químicas de uso industrial na América Latina” é gratuita. [Clique aqui](#) para fazer sua inscrição.

Mais informações com a assessora de Assuntos Regulatórios da Abiquim, Elaine Faquim, pelo e-mail: [elaine.faquim@abiquim.org.br](mailto:elaine.faquim@abiquim.org.br).

## **FRENTE PARLAMENTAR DA QUÍMICA**

### **Comissão Executiva da Frente Parlamentar da Química reúne-se com representantes do setor**

A Comissão Executiva da Frente Parlamentar da Química (FPQuímica) reuniu-se com representantes da Abiquim e da indústria química, por meio de videoconferência, no dia 18 de agosto. Participaram da reunião o presidente da FPQuímica, deputado Alex Manente (Cidadania/SP); o coordenador do tema Inovação e Tecnologia, deputado Eduardo Cury (PSDB/SP); e o coordenador de Químicos para construção, deputado Alexis Fonteyne

---

(NOVO/SP). A indústria química foi representada pelo gerente de Relações Institucionais da Oxiteno, Frederico Marchiori e pela diretora de Relações Institucionais da Braskem, Renata Bley. A Abiquim foi representada pelo presidente-executivo, Ciro Marino; pelo diretor de Relações Institucionais, André Passos; e pela diretora de Assuntos de Comércio Exterior, Denise Naranjo.

O presidente da FPQuímica, deputado Alex Manente, destacou a atuação do setor durante a pandemia e a necessidade de revisão da agenda da Frente Parlamentar, considerando o período atípico.

O presidente-executivo da Abiquim, Ciro Marino, apresentou o cenário do setor e o novo diretor de Relações Institucionais da entidade, André Passos. Marino também destacou as discussões sobre biossegurança com o Ministério da Defesa e explicou que o País vem perdendo plantas de fertilizantes e a dependência de farmoquímicos e defensivos agrícolas importados. Por isso, a aprovação do Projeto de Lei (PL) 6407/2013, PL do Gás, na forma de seu texto atual, é essencial para o desenvolvimento da indústria nacional.

O diretor da Abiquim, André Passos, destacou a importância de retomada das reuniões da FPQuímica, para tratar das pautas que estão em evidência como o PL do Gás, o marco regulatório das substâncias químicas, a inserção internacional do setor, o combate ao contrabando e mercado ilegal de defensivos agrícolas e a reforma tributária, além do potencial para incorporação de novos entes das cadeias químicas e petroquímicas na Frente.

O presidente da FPQuímica, Alex Manente, propôs a realização de debates específicos, visto que cada tema demanda aprofundamento, sendo que essas agendas também devem incluir outros parlamentares envolvidos nos debates, como o deputado Laercio Oliveira (PP/SE), relator do PL 6407/2013, e o deputado Aguinaldo Ribeiro (PP/PB), relator da PEC 45/2019, sobre reforma tributária. Os deputados Eduardo Cury e Alexis Fonteyne afirmaram apoiar as pautas temáticas e a realização dos encontros de acordo com a urgência dos temas.

Também participaram da reunião a assessora do deputado Paulo Ganime (NOVO/RJ), Yara Mélhem; o assessor do deputado Eduardo Cury, Gustavo Guimarães; e os assessores de Relações Institucionais da Abiquim, Lidiane Soares e Pável Pereira. Pela Umbelino Lobo participaram o diretor executivo Felipe Oppelt e o assessor Leonardo Nunes.

## **COMÉRCIO EXTERIOR**

### **Ministério da Economia abre consulta pública sobre os termos da adesão do Brasil ao Acordo de Compras Públicas da Organização Mundial do Comércio (OMC)**

A Secretaria de Comércio Exterior (SECEX) do Ministério da Economia (ME) abriu consulta pública, por meio da Circular SECEX nº 55, de 18 de agosto de 2020, publicado no Diário Oficial da União (DOU), de 21 de agosto de 2020, para manifestação de interessados do setor privado e da sociedade civil sobre os termos da adesão do

---

Brasil ao Acordo de Compras Públicas (GPA – em inglês) da Organização Mundial do Comércio (OMC).

Em 18 de maio de 2020, o Brasil formalizou seu pedido de adesão ao referido Acordo. O GPA é um tratado plurilateral integrado por 48 membros da OMC, representando um mercado de US\$ 1,7 trilhão e possui como objetivo promover a abertura mútua dos mercados de contratações públicas de seus integrantes, o que é feito mediante a aceitação de compromissos nas áreas de procedimentos, não-discriminação e acesso a mercado. Nas duas primeiras áreas, as Partes do GPA se comprometem, respectivamente, a seguir requisitos mínimos de transparência nas suas licitações e a estender aos fornecedores das demais Partes o mesmo tratamento que é concedido aos fornecedores domésticos. Na terceira, os membros do GPA definem para quais entidades, bens e serviços valerão os compromissos de transparência e não-discriminação, assim como os valores mínimos das compras cobertas pelo tratado. É possível, ainda, incluir exceções pontuais às obrigações gerais, a fim de preservar políticas públicas em setores considerados estratégicos.

A Abiquim enviou consulta aos associados e solicita que as contribuições sejam enviadas até o dia 2 de outubro de 2020, para o e-mail: [diego.hrycylo@abiquim.org.br](mailto:diego.hrycylo@abiquim.org.br).

[Clique aqui](#) para obter mais detalhes sobre a mencionada consulta pública.

Para esclarecimentos adicionais, os interessados podem entrar em contato com o assessor de Assuntos de Comércio Exterior da Abiquim, Diego Hrycylo, pelo e-mail: [diego.hrycylo@abiquim.org.br](mailto:diego.hrycylo@abiquim.org.br) ou telefone: 11 2148-4743.

## **COMÉRCIO EXTERIOR**

### **Ministério da Economia abre consulta pública sobre procedimento de licenciamento para a importação de material usado e de bens sujeitos ao exame de similaridade**

A Secretaria de Comércio Exterior (SECEX) do Ministério da Economia (ME) abriu consulta pública sobre alteração de procedimentos para o licenciamento de importação de produtos que ingressam no País com benefícios fiscais e de bens usados. A proposta de modificação normativa, determinada pela Portaria Secex nº 47, de 17 de agosto de 2020, publicada no Diário Oficial da União (DOU), do dia 19 de agosto de 2020, ficará disponível para comentários do setor privado brasileiro pelo prazo de 60 dias.

Segundo a SECEX, a realização da referida consulta pública se insere no âmbito das boas práticas regulatórias defendidas pelo governo federal. Uma das alterações sugeridas diz respeito à convergência dos critérios de comprovação de produção nacional equivalente, utilizados para fins de concessão de Ex-tarifário, como aqueles adotados para exame de similaridade ou da apuração de produção nacional para a importação de bens usados. O objetivo é harmonizar legislações semelhantes e conferir maior previsibilidade e segurança jurídica aos

---

importadores brasileiros.

Outro bloco de modificações propostas está relacionado ao licenciamento de importação para linhas de produção usadas. Reconhecendo que projetos de transferência desses bens para o Brasil são capazes de proporcionar ganhos de produtividade para a economia nacional e, assim, gerar renda e emprego no País, e considerando a necessidade de adoção de medidas para a recuperação econômica após a pandemia da Covid-19, as mudanças normativas apresentadas visam desonerar, simplificar e tornar mais ágil o procedimento de importação referente a esse tipo de operação.

A Abiquim, por meio da Comissão de Assuntos Aduaneiros e de Facilitação de Comércio Exterior, consolidará manifestação setorial a ser enviada ao Governo e os interessados devem enviar as contribuições, até o dia 14 de outubro de 2020, para o e-mail: [diego.hrycylo@abiquim.org.br](mailto:diego.hrycylo@abiquim.org.br).

[Clique aqui](#) para obter mais detalhes sobre as alterações propostas na consulta pública.

Para esclarecimentos adicionais, os interessados podem entrar em contato com o assessor de Assuntos de Comércio Exterior da Abiquim, Diego Hrycylo, pelo e-mail: [diego.hrycylo@abiquim.org.br](mailto:diego.hrycylo@abiquim.org.br) ou telefone: 11 2148-4743.

## **LOGÍSTICA**

### **Ministério da Infraestrutura institui o Planejamento Integrado de Transportes**

O Ministério da Infraestrutura publicou no Diário Oficial da União (DOU) a Portaria nº 123, de 21 de agosto, que institui o Planejamento Integrado de Transportes. Essa portaria contempla os subsistemas federais rodoviário, ferroviário, aquaviário e aeroaviário, e as ligações viárias e logísticas entre esses subsistemas e desses com os sistemas de viação dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

O Planejamento Integrado de Transportes deverá contemplar o transporte de pessoas e bens e tem o objetivo de contribuir para a competitividade nacional, o bem-estar social, o desenvolvimento regional e a integração nacional.

O Planejamento tem horizonte de trinta anos e será atualizado a cada ciclo de quatro anos, por meio de um sistema encadeado de planos, que deverão seguir o seguinte cronograma: o Plano Nacional de Logística deverá ser publicado até o final do primeiro ano de execução do Plano Plurianual; os Planos Setoriais Terrestre, Portuário, Hidroviário e Aeroaviário Nacional deverão ser publicados até o final do terceiro ano de execução do Plano Plurianual, de maneira que possam subsidiar a elaboração do Plano Plurianual subsequente; e o Plano Geral de Parcerias deverá ser publicado até um ano após a publicação dos Planos Setoriais.

---



Os Planos Setoriais farão a conexão entre o Plano Nacional de Logística e as ações do Ministério da Infraestrutura, indicando as iniciativas que deverão ser estudadas em detalhe, seja para execução com recursos públicos ou por meio de parceria com a iniciativa privada.

Neste primeiro ciclo do Planejamento Integrado de Transporte, será considerado que o Plano Nacional de Logística terá o horizonte de 2035 e contemplará o transporte de pessoas e bens dos subsistemas federais rodoviário, ferroviário e aquaviário, e as ligações viárias e logísticas entre esses subsistemas e desses com os sistemas de viação dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

A Comissão Temática de Logística da Abiquim trabalha e colabora com a Empresa de Planejamento e Logística (EPL), por meio do Acordo de Cooperação Técnica firmado com a Abiquim, contribuindo com estudos e metodologia para que os fluxos detalhados nos estudos e os pleitos da Agenda Estratégica de Logística da Indústria Química façam parte da elaboração do Plano Nacional de Logística. Os impactos do Planejamento Integrado de Transportes serão detalhados pela Leggio Consultoria na próxima reunião da Comissão de Logística da Abiquim.

[Clique aqui](#) para ler a Portaria nº 123 do Ministério da Infraestrutura.

Mais informações com o assessor de Assuntos Técnicos da Abiquim, Rodrigo Falato, pelo e-mail: [rodrigo.falato@abiquim.org.br](mailto:rodrigo.falato@abiquim.org.br).

#### **MEIO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE**

### **Projeto PMR Brasil realiza webinar sobre implementação da precificação de carbono**

O Projeto PMR Brasil, o Ministério da Economia e a Iniciativa Empresarial em Clima (IEC) realizam o webinar "Precificação de carbono: da teoria à implementação", no dia 1º de setembro, das 14h às 16h.

O evento online dará continuidade à discussão inicial sobre os conceitos e bases teóricas da precificação de carbono, abordando questões fundamentais na escolha e principais requisitos para implementação do instrumento, estabelecendo conexões com as análises conduzidas sob o Projeto PMR Brasil.

O webinar gratuito é uma iniciativa do Projeto no âmbito do Comitê Técnico da Indústria de Baixo Carbono (CTIBC), do Ministério da Economia, com apoio da IEC. O treinamento também será transmitido ao vivo pelo YouTube do CEBDS.

O Projeto PMR Brasil faz parte do *Partnership for Market Readiness (PMR)*, programa do Banco Mundial que fornece suporte para preparar e implementar políticas de mitigação das mudanças climáticas, incluindo instrumentos de precificação de carbono.


---

Nacionalmente opera sob coordenação conjunta com o Ministério da Economia e tem como objetivo apoiar o processo de tomada de decisão pelo governo brasileiro acerca da adoção de instrumentos de precificação de carbono como um elemento das políticas de mitigação de emissões brasileiras de gases do efeito estufa (GEE).

[Clique aqui](#) para fazer sua inscrição.

[Clique aqui](#) para assistir ao webinar “Introdução à precificação de carbono”.

Mais informações com a gerente de Sustentabilidade da Abiquim, Aline Bressan, pelo e-mail: [aline.bressan@abiquim.org.br](mailto:aline.bressan@abiquim.org.br).



**Você Sabia?**

A indústria química tem investido no tratamento de efluentes do processo fabril e torres de resfriamento com circuito fechado, para não haver descarte; utilização de poços artesianos, captação e reaproveitamento da água da chuva. Ainda são realizadas ações para o tratamento, por meio de sedimentação, das águas sanitárias provenientes de fossa séptica e das águas descartadas pelos sistemas auxiliares do processo produtivo, incluindo despejos do laboratório.

Fonte: [Relatório de Desempenho Indicadores do Programa Atuação Responsável® ano base 2018](#)

## SERVIÇOS



ACESSE OS CANAIS DA ABIQUIM NAS REDES SOCIAIS

- Facebook.com/abiquimoficial
- Instagram.com/abiquim.oficial
- Youtube.com/videosabiquim
- Twitter.com/abiquimoficial

#365DiasComVc

ABIQUIM

Acesse os canais da Abiquim nas redes sociais e saiba como a Química está #365DiasComVc:

[Facebook.com/abiquimoficial](https://www.facebook.com/abiquimoficial)

[Instagram.com/abiquim.oficial](https://www.instagram.com/abiquim.oficial)

[Youtube.com/videosabiquim](https://www.youtube.com/videosabiquim)

[Twitter.com/abiquimoficial](https://twitter.com/abiquimoficial)



- ✓ [Revista Tratamento de Água e Efluentes – Importações brasileiras de produtos químicos tiveram aumento de 4% na comparação com o mês anterior](#)
- ✓ [Plástico Virtual – Setor químico prevê retomada em dois anos](#)
- ✓ [Portal Agrolink – Importações de produtos químicos sobem 4%](#)
- ✓ [Yahoo Finanças – Exportações de químicos recua 13,2% de janeiro a julho, segundo Abiquim](#)
- ✓ [Foxbe – Exportação de químicos recua 13,2% de janeiro a julho, segundo Abiquim](#)
- ✓ [Valor Econômico – Exportação de químicos recua 13,2% de janeiro a julho, segundo Abiquim](#)
- ✓ [Green Road – Cadastro de fluxos de transportes de produtos perigosos é prorrogado, mais uma vez, para 30 de setembro](#)
- ✓ [Plástico.com.br – Por um mar limpo - Plastivida](#)
- ✓ [Boletim da Sociedade Brasileira de Química \(SBQ\) – Abiquim tem realizado numerosos webinários, dentro do programa “Química em Pauta”](#)
- ✓ [Conselho Federal de Química \(CFQ\) – Não tenham medo da Química entrevista com Alexandre Vaz Castro, presidente CRQ XXI](#)
- ✓ [Suno Notícias – Novo marco legal do gás está na fase final de aprovação, diz Sepec](#)
- ✓ [Dinheiro Rural – Costa: marco do gás está na reta final e vai revolucionar indústria brasileira](#)

## **Notícias das associadas**

Press releases distribuídos pelas empresas

[Evonik lança surfactante multinacional TOMADOL® 904 para aplicações no setor de limpeza pesada de superfícies](#)

[Termotécnica lança nanotecnologia Safe Pack com ação antiviral e antibacteriana](#)

## **AGENDA DE REUNIÕES DAS COMISSÕES\***

*Reuniões programadas nos dias 25 a 31 de agosto*

---

## **26 de agosto**

09h00 – Comissão Temática de Economia

## **27 de agosto**

09h00 – Comissão Temática de Gás Natural

09h00 – Comissão Temática de Gerenciamento de Produto

10h00 – Comitê de Temática de Preparação e Atendimento a Emergências (PAE)

\*todas as reuniões serão realizadas por videoconferência

Confira a grade completa de cursos em <https://abiquim.org.br/cursos>

### **Expediente**

ABIQUIM INFORMA - É livre a transcrição, desde que citada a fonte.

Edição: Ricardo Ueno E-mails: [abiquiminforma@abiquim.org.br](mailto:abiquiminforma@abiquim.org.br)

Para a inclusão de profissionais de sua empresa que queiram receber o **Abiquim Informa**, envie uma mensagem para [abiquiminforma@abiquim.org.br](mailto:abiquiminforma@abiquim.org.br) ou [imprensa@abiquim.org.br](mailto:imprensa@abiquim.org.br) informando os dados dos interessados (nome, e-mail, telefone, empresa e endereço comercial).

---